Guerra comercial EUA-China pode atingir Brasil, dizem especialistas

A guerra comercial entre os Estados Unidos e China pode atingir o Brasil e prejudicar as próprias empresas norte-americanas, segundo avaliação dos especialistas que participaram na quarta-feira (25) de um fórum sobre o tema promovido pela Câmara Americana de Comércio.

"Nenhum país tem tantas empresas transnacionais quanto os Estados Unidos, então, isso vai machucar, no médio prazo, as estruturas de custos das empresas norte-americanas. Vai fazer com que os executivos americanos precisem de mais tempo para repensar espacialmente a sua organização, e isso, no limite, vai acabar machucando o balanço patrimonial e a performance das bolsas norte-americanas", destacou o pesquisador especialista em Brics, da Universidade de Columbia, Marcos Troyjo.

Nas últimas semanas, o presidente norte-americano, Donald Trump, anunciou uma série de sobretaxas a produtos chineses com o argumento de que a balança comercial entre os dois países é prejudicial aos Estados Unidos. Como retaliação, a China também aumentou os tributos para entrada de diversas mercadorias dos EUA.

Para Toyjo, em países como os Estados Unidos, com muitas empresas com filiais no exterior, a análise simples da balança comercial pode ser enganosa para tomar decisões como a que motivou a disputa comercial. "Porque os déficits comerciais podem ser mais do que compensados pela remessa de dividendos e pelo fluxo de investimento estrangeiro direto", ponderou.

No entanto, o professor destacou que há uma tendência global de se incentivar determinados setores das economias nacionais com subsídios ou tarifas protecionistas. "É como se o mundo inteiro estivesse, hoje, crescentemente aplicando medidas de substituição de importações", disse.

Por outro lado, disse o especialista, os danos que a disputa pode causar às próprias empresas norte-americanas e dependência mútua entre as grandes economias são indicativos que a atual guerra comercial pode ser um fenômeno passageiro. "Os Estados Unidos são principal destino do investimento direto chinês. O principal polo irradiador de investimentos diretos para a China são os Estados Unidos", exemplificou.

Posição do Brasil

A professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Cristina Pecequilo destacou que apesar dos possíveis benefícios a curto prazo, o Brasil corre risco de ser atingido pela disputa entre as potências econômicas. "Uma polarização bilateral Estados Unidos-China, em qualquer área, gera fechamento de espaços no comércio internacional e na estrutura do sistema internacional de uma forma geral", disse.

"Eu lembro a vocês inúmeros contenciosos entre Brasil e Estados Unidos, entre Brasil e União Europeia. Já foi lembrado as dificuldades de negociar um acordo entre Mercosul e União Europeia. Essas inúmeras variáveis mostram para gente que as avaliações otimistas de curto prazo não se sustentam", acrescentou.

Seria estratégico para o Brasil, na avaliação da especialista, buscar se posicionar de forma a diminuir a dependência comercial em relação às grandes economias. "Não colocar todos os nossos ovos em uma única cesta", resumiu. (Agencia Brasil)

Produção de aço cresce 2,9% no primeiro semestre

A produção da indústria do aço no Brasil cresceu 2,9% no primeiro semestre de 2018 na comparação com igual período do ano passado. Os dados, divulgados na quarta-feira (25) pelo Instituto Aço Brasil na capital paulista, mostram que foram produzidas 17,2 milhões de toneladas (Mt). As vendas internas foram de 8,8 Mt, um acréscimo de 9,9% em relação aos seis primeiros meses de 2017.

Para o Instituto Aço Brasil, o resultado confirma a gradual trajetória de recuperação e aponta que o percentual positivo neste primeiro semestre, apesar de perdas resultantes de fatores como a greve dos caminhoneiros em maio, se justifica pela base de comparação com 2017 que é muito baixa. "É preciso relativizar esse crescimento", apontou Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

Queda nas exportações

Já as exportações, que somaram 6,9 Mt, representaram uma queda de 5,7 % do que foi comercializado. O resultado tem relação com as medidas protecionistas adotadas pelo governo estadunidense de Donald Trump, que taxou as importações de aço de diversos países e que, no caso do Brasil, foram definidas cotas para as vendas.

Em relações aos valores das vendas, houve um crescimento de 16%. "Com o fechamento do mercado americano, a consequência imediata seria a elevação dos preços", explicou Lopes.

Expectativas

As expectativas de crescimento no setor para 2018, no entanto, foram revistas para baixo, considerando o cenário interno que foi impactado por fatores como a greve dos caminhoneiros e o contexto internacional com o aumento do protecionismo de países como os Estados Unidos. A previsão de crescimento da indústria do aço para 2018 era de 8,6%, conforme divulgação do instituto em abril, e agora passou para 4,3%.

O maior impacto deve ser nas exportações, cuja previsão passou de 10,7% para -0,6%. Também foram revistos os percentuais de crescimento das vendas internas, de 6,6% para 5% e de importações, de 10,1% para 5,3%. (Agencia Brasil)

Dólar fecha em R$ 3,70, menor valor em dois meses

O dólar segue em forte tendência de queda repetindo, pelo segundo dia consecutivo, indicativos de baixa na sua cotação. A moeda norte-americana fechou na quarta-feira (25) em queda de 1,09%, valendo R$ 3,7022 para venda, o que significa o menor valor desde 25 de maio passado.

A Bolsa de Valores de São Paulo também segue em uma sequência de fechamento positivo, com alta hoje de 1,34%, com 80.218 pontos. O pregão acima dos 80 mil pontos, que não era superado desde 23 de maio, teve influência da valorização dos papéis de bancos, como o Santander, com fechamento em alta de 5,29%, e Bradesco, com alta de 2,37%. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/EDITAIS

Cereal Sul Terminal Marítimo S.A.

CNPJ nº 05.498.000/0001-44

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de Reais (R$)

Balanços patrimoniais

Ativo	2017	2016
Ativo circulante	**9.786**	**6.677**
Caixa e equivalentes de caixa	3.837	911
Impostos a recuperar	534	1.489
Partes relacionadas	4.928	4.054
Adiantamento a fornecedores	411	-
Outras contas a receber	73	217
Ativo não circulante	**29.932**	**61.222**
Impostos diferidos	-	30.088
Depósitos judiciais	16	22
Imobilizado	29.847	30.999
Intangível	69	113
Total	**39.718**	**67.899**

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Passivo circulante	**863**	**2.244**
Fornecedores	697	755
Obrigações trabalhistas	54	80
Obrigações tributárias	151	474
Dividendos a pagar	-	937
Outras contas a pagar	161	-
Passivo não circulante	**5.196**	**12.094**
Partes relacionadas	-	3.339
Tributos diferidos	5.177	8.755
Provisão para contingências	19	91
Patrimônio líquido	**33.659**	**53.561**
Capital social	27.829	27.829
Reserva legal	1.807	1.807
Ajuste acumulado de conversão	8.027	5.402
Reserva de lucros	(4.307)	18.523
Total	**39.718**	**67.899**

Demonstrações dos resultados 2017 2016

	2017	2016
Receita líquida dos serviços prestados	19.617	26.642
Custos dos serviços prestados	(7.687)	(11.189)
Lucro bruto	**12.030**	**15.453**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.988)	(4.394)
Depreciação	(1.718)	(3.493)
	(5.706)	**(7.887)**
Lucro líquido antes do resultado financeiro e dos impostos	**6.324**	**7.571**
Resultado financeiro líquido	215	169
Lucro líquido antes dos impostos	**6.539**	**7.740**
Impostos de renda e contribuição social correntes	(1.648)	(1.990)
Lucro líquido do exercício	**(23.789)**	**13.250**
Resultado básico e diluído por ação	**(0,855)**	**0,478**

Demonstrações do resultado abrangente

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(23.789)	13.250
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**(23.789)**	**13.250**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ajuste de conversão	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**27.829**	-	**15.479**	**1.436**	**5.131**	**53.875**
Ajuste de tradução moeda funcional	-	-	(15.295)	-	-	**(15.295)**
Imposto de renda	-	-	5.192	-	-	**5.192**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.500)	**(2.500)**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(937)	**(937)**
Constituição de reservas	-	-	-	371	(371)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.250	**13.250**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**27.829**	-	**5.402**	**1.807**	**18.523**	**53.561**
Ajuste de tradução moeda funcional	-	-	3.543	-	-	**3.543**
Imposto de renda	-	-	(918)	-	-	**(918)**
Constituição de reservas	-	-	-	950	950	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(23.789)	**(23.789)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**27.829**	**8.327**	**1.807**	**(4.307)**	**33.566**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2017	2016
Fluxo de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(23.789)	13.250
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com as receitas provenientes com atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.763	3.493
Demandas judiciais	(72)	(4)
Provisão de impostos correntes	2.223	1.957
Provisão de impostos diferidos	28.671	(7.507)
Outros	(21)	-
	8.774	**11.229**
Variação em ativos e passivos:		
Impostos a recuperar	961	(897)
Partes relacionadas	(874)	5.562
Outras contas a receber	(261)	191
Contas a pagar e partes relacionadas	(3.404)	(7.948)
Obrigações trabalhistas	(323)	292
Outras variações	(963)	167
Caixa proveniente das atividades operacionais	**3.910**	**8.566**
Imposto de renda e contribuição social pagos ou antecipados	(973)	(2.524)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.940**	**6.042**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(116)	(1.923)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(116)**	**(1.923)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**2.824**	**4.119**
No início do exercício	911	14
Efeito dos ajustes acumulados de tradução	(100)	3.222
No fim do exercício	3.837	911
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**2.824**	**4.119**

"As notas explicativas elaboradas pela Administração encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia."

A Diretoria

Jean Carlo Corrêa Sobral - Contador - CRC 1SP223722/O-6

Edital de Citação Prazo 20dias.Proc.**1095316-92.2015.8.26.0100**.A Dra.Carolina de Figueiredo Dorfhan Nogueira,Juíza de Direito da 39ª Vara Cível Central/SP. Faz saber aos ocupantes não identificados,réus em lugar incerto,desconhecidos e eventuais interessados,que Sooriji Moon Kang,ajuizou ação de reintegração de posse,objetivando seja julgada procedente, com a reintegração do imóvel situado na Rua Catalina Pinto, 138 e 140,Brás,nesta Capital,matrícula 5.496,3ºRGI/SP,ordenando os réus nas custas processuais,honorários advocatícios e demais cominações legais.Sendo os réus desconhecidos e estando em lugar ignorado os ocupantes não identificados, expede-se edital de Citação, para que no prazo de 15 dias, a fluir do prazo supra, contestem o feito, sob pena de serem acatados os fatos, formendo-se revelia.Não havendo oposição, expedido em caso de revelia.Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. **[25.26]**

Jornal ODIASP
Ligue:
3258-1822
3258-0273
e-mail:
jornalodiasp@terra.com.br

Serasa Experian
A gente trabalha para você crescer

SERASA S.A.

CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE: Nº 35.300.06256-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE 06 DE JUNHO DE 2018

Aos 06 dias do mês de junho de 2018, reuniu-se na sede da companhia, às 14h00, o Conselho de Administração da Serasa S.A., com a presença dos Conselheiros Srs. José Luiz Teixeira Rossi e Valdemir Bertolo e, por conferência telefônica, dos Conselheiros Srs. Darryl Scott Gibson e Lloyd Mark Pitchford, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) votar o relatório da Administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/03/2018; (ii) votar a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício de 01/04/2017 a 31/03/2018, abrangendo a distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio; (iii) apresentar o relatório e parecer do Conselho de Administração sobre os assuntos. Assumiu a presidência dos trabalhos o Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Companhia, o Sr. José Luiz Teixeira Rossi, que conduziu os trabalhos, com a anuência de todos os Conselheiros presentes. Deliberados e colocados em votação os itens (i) e (ii) da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade, o Relatório da Administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras com revisão pela KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/03/2018, bem como a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício de 1º/04/2017 a 31/03/2018, abrangendo a distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária. No que tange ao item (iii) da ordem do dia, foi apresentado pelo Sr. Valdemir Bertolo, Diretor Financeiro da Serasa, e aprovado, por unanimidade, o parecer para o exercício que se encerrará em 31/03/2019. Ausência justificada dos Conselheiros Srs. Kerry Lee Williams e Anthony David Reeves. Os trabalhos foram secretariados pela Sra. Vanessa Araújo Lopes Butalla. Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho de Administração ofereceu a palavra para quem dela quisesse fazer uso. Não havendo outras manifestações, o Vice-Presidente agradeceu aos Senhores Conselheiros o comparecimento e encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos. Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio as folhas nºs 95 e 96, do Livro de Ordem nº 06, devidamente registrado perante a JUCESP. Conselheiros presentes e signatários da ata: José Luiz Teixeira Rossi, Valdemir Bertolo, Daryl Scott Gibson e Lloyd Mark Pitchford. Vanessa Araújo Lopes Butalla - Secretária. JUCESP nº 323.585/18-8 em 17.07.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação da executada **JCV PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS S/A CNPJ Nº 002.915.598/0001-42**. **JOÃO CARLOS DE PAIVA VERÍSSIMO. CPF Nº 027.837.228-41**, seu marido **MARIA SILVIA KERR CAVALCANTE DE QUEIROZ VERÍSSIMO. CNPJ Nº 216.842.212-46**, do crédito hipotecário **BANCO ITAÚ S/A. CNPJ Nº 60.701.190/0001-04**, dos credores com penhora **Tavern Participações e Serv. Ltda. CNPJ Nº 62.542.426/0001-13, Colossal Centro de Lojas Saldanha Lida. CNPJ Nº 49.131.733/0001-54**, e da terceira interessada **Finte e Nova Participações Sociedade Lida. CNPJ Nº 12.424.148/0001-12**, expedido nos autos da Ação de Execução, requerida por **BANCO SANTOS S/A. CNPJ nº 58.527.610/0001-66**. **Processo nº 0014744-42.2001.8.26.0100**.O Dr. Rogério Murillo Pereira Cimino,Juiz de Direito da 28ª Vara Cível da Capital, faz fazer a todos os interessados e demais a quem de direito, que **FAZ SABER** aos que o presente edital virem e dele conhecimento tiverem e interessarem, que **Finte e Nova Participações Sociedade

Urubupungá Transportes e Turismo Ltda.

CNPJ/MF nº 56.139.041/0001-18

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 com Relatório dos Auditores Independentes - *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial - Ativo	Notas	2017	2016
Ativo circulante		9.622	8.593
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.371	3.285
Contas a receber	4	5.378	4.031
Estoques	5	626	654
Impostos a recuperar	6	21	480
Outras contas a receber	-	226	143
Ativo não circulante		19.030	21.401
Depósitos e caução	7	2.718	2.670
Outras contas a receber	-	136	136
		2.854	2.806
Investimentos	8	1.004	1.196
Imobilizado	9	15.162	17.374
Intangível	10	-	25
Total do ativo		28.652	29.994

Balanço Patrimonial - Passivo e PL	Notas	2017	2016
Passivo circulante		4.776	6.093
Empréstimos e financiamentos	10	906	2.048
Fornecedores		523	380
Obrigações trabalhistas e sociais	11	2.722	2.745
Obrigações tributárias	12	247	644
Outras contas a pagar		378	276
Passivo não circulante		347	1.375
Empréstimos e financiamentos	10	-	906
Passivos contingentes	13	319	415
Outras contas a pagar		28	54
Patrimônio líquido		23.529	22.526
Capital social	14	16.000	16.000
Reservas		7.529	6.526
Total do passivo e patrimônio líquido		28.652	29.994

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social (Nota 14.a)	Reserva de Capital	Reserva de lucros (Nota 14.c)	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	**12.000**	**4.000**	**5.057**	-	21.057
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.469	1.469
Integralização de Capital	4.000	(4.000)	-	-	-
Lucros a destinar	-	-	1.469	(1.469)	-
Saldos em 31/12/2016	16.000	-	6.526	-	22.526
Lucros distribuídos	-	-	(160)	-	(160)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.163	1.163
Lucros a destinar	-	-	1.163	(1.163)	-
Saldos em 31/12/2017	16.000	-	7.529	-	23.529

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Urubupungá Transportes e Turismo Ltda. ("Sociedade"), constituída em 05/08/1986, tem por objeto social o prestação de serviços de transporte turístico de superfície; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento por ônibus, micro-ônibus, vans, automóveis, abrangendo os transportes municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte escolar; transporte rodoviário de carga internacional; interestadual e internacional; locação de veículos de passeio; participação em outras sociedades; e consultoria em gestão empresarial. **2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem práticas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CFC. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2017 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Sociedade em 30/04/2018. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.4. Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.1.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis de ativo imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa e das determinações de provisões para os ajustes incidentes sobre o resultado e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação a estas estimativas. **2.2. Principais práticas contábeis: 2.2.1. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados. **2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável. A Administração analisou a probabilidade de indicações de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, concluindo que não capterá qualquer ajuste de redução em 31/12/2017. **2.2.3. Caixa e equivalente de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o valor de mercado ou de realização. **2.2.4. Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - A Sociedade classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). **Reconhecimento e mensuração** - Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.2.5. Contas a receber:** São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo de contas a receber devido ao curto prazo de realização. **2.2.6. Estoques:** Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado e as provisões de estoques obsoletos são constituídas sempre que identificados. **2.2.7. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo, Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado. **Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Os montantes de manutenção e reparo são registrados no resultado. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada exercício e ajustados se necessário, ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base pró-rata dia). **2.2.9. Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "pro-rata dia" até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante. **2.2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de 12 até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são registradas pelo valor nominal ao valor da fatura correspondente. **2.2.11. Passivos contingentes:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos possíveis legais ou fiscais. **2.2.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. **2.2.13. Tributos: Impostos sobre produtos e serviços:** Receitas de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de 12 até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são registradas pelo valor nominal ao valor da fatura correspondente. **2.2.11. Passivos contingentes:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos possíveis legais ou fiscais. **2.2.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. **2.2.13. Tributos: Impostos sobre produtos e serviços:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • PIS – 0,65%; • COFINS – 3%; • ISS – 2% a 5%. • ICMS – 12%. As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidas dos encargos de demonstração do resultado. **IR e CS – correntes** - A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro tributável conforme legislação vigente por regime de competência. **2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuros afetados. As principais informações sobre julgamentos e estimativas chave estão relacionadas às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir: **a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros** - A Sociedade verifica se há evidência de que o ativo ou um determinado grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da data do balanço. Para o exercício findo em 31/12/2017, não foram identificadas perdas Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros. **Passivos contingentes** - A Sociedade reconheceu passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita. **2.2.15. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes práticas novas e/ou interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017: • **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, hibrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção de contabilidade de hedge, tornando mais próximo que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. • **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes":** essa nova norma foi criada para que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando deve ser reconhecida. Essa norma baseada no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma. As versões atuais do IFRS 15 não trarão impacto para na classificação e mensuração da receita e seu reconhecimento. • **IFRS 16 CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil"** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam substancialmente inalterados. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa	18	34
Bancos	162	6
Aplicações financeiras	3.191	3.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	**3.371**	**3.285**

As aplicações financeiras estão representadas por CDB e títulos públicos compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cuja rentabilidade está atrelada à variação do CDI, e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber

	2017	2016
Clientes (a)	5.809	4.268
Outros	15	-
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(446)	(244)
Total	**5.378**	**4.031**

(a) Refere-se aos serviços de fretamento contratados e eventuais realizados através das notas fiscais emitidas aos clientes e estão reconhecidos pelo valor do serviço prestado. A composição do saldo, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2017	2016
Valores a vencer	5.378	4.031
Vencidas de 1 a 30 dias	30	-
Vencidas de 31 a 60 dias	2	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-
Vencidas de 90 a 180 dias	6	-
Vencidas a mais de 180 dias	7	1
	5	243
Total	**5.378**	**4.031**

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto, a Administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31/12/2017.

5. Estoques

	2017	2016
Combustíveis	198	240
Peças, componentes e acessórios	227	243
Pneus	64	30
Recondicionados	39	58
Estoque em poder de terceiro	7	1
Outros	91	79
Total	**626**	**654**

9. Imobilizado

	Média de vida útil estimada (em anos)	Bens em operação			Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		2017	2016	Baixa	2017	2016	2017	2016
Instalações e benfeitorias	4	478	-	-	478	(314)	(43)	- (357)	164	121
Máquinas e equipamentos	10	792	20	-	792	(476)	(58)	- (534)	298	258
Móveis e utensílios	10	82	3	-	85	(64)	(4)	- (68)	18	17
Ônibus	5 a 10	48.347	208	(1.436)	47.219	(36.873)	(1.608)	1.416 (37.151)	11.474	10.028
Micro-ônibus	5 a 10	12.816	321	(1.088)	12.049	(9.513)	(763)	956 (9.320)	3.303	2.729
Vans	5 a 10	1.951	-	(71)	1.880	(1.174)	(114)	71 (1.217)	777	663
Veículos de suporte operacional	5 a 10	256	36	(24)	268	(243)	(11)	24 (230)	13	38
Equipamentos de informática	5	285	4	-	289	(271)	(8)	- (279)	14	10
Benfeitorias em bens de terceiros	4	1.429	-	-	1.429	(114)	(57)	- (171)	1.315	1.258
Total		**66.416**	**592**	**(2.619)**	**64.489**	**(49.042)**	**(2.752)**	**2.467 (49.327)**	**17.374**	**15.162**

10. Empréstimos e financiamentos

	2017	2016
Banco Itaú	233	938
Banco Mercedes-Benz	681	2.084
(-) Encargos financeiros - FINAME	(8)	(68)
Total	**906**	**2.954**
Circulante	**906**	**2.048**
Não circulante	-	**906**

As empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do FINAME, para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas pós-fixadas e atualizadas pela taxa SELIC. A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31/12/2017 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.334**
Captação	-
Pagamento – principal	(2.380)
Pagamento – juros	(127)
Encargos financeiros	127
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.954**
Captação	-
Pagamento – principal	(2.048)
Pagamento – juros	(60)
Encargos financeiros	60
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**906**

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários a pagar	481	336
Pensões alimentícias a pagar	11	14
INSS a recolher	336	335
FGTS a recolher	136	130
Provisão de férias e encargos sociais	1.706	1.708
Outros	49	116
Total	**2.722**	**2.745**

12. Obrigações tributárias

	2017	2016
PIS a recolher	23	23
COFINS a recolher	109	106
ICMS a recolher	33	28
ISS a recolher	21	21
IRPJ a recolher	-	293
CSLL a recolher	-	122
Outros a recolher	56	51
Total	**247**	**644**

13. Passivos contingentes: A Administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como prováveis em 31/12/2017, conforme segue:

Provisão para contingências	2017	2016
Trabalhista	275	409
Cível	44	6
Total	**319**	**415**

Tributação: Impostos sobre produtos e serviços: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • PIS – 0,65%; • COFINS – 3%; • ISS – 2% a 5%. • ICMS – 12%. As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidas dos encargos de demonstração do resultado. **IR e CS – correntes** - A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro tributável conforme legislação vigente por regime de competência. **2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer períodos futuros afetados. As principais informações sobre julgamentos e estimativas chave estão relacionadas às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir: **a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros** - A Sociedade verifica se há evidência de que o ativo ou um determinado grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da data do balanço. Para o exercício findo em 31/12/2017, não foram identificadas perdas Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros. **Passivos contingentes** - A Sociedade reconheceu passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita. **2.2.15. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes práticas novas e/ou interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017: • **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, hibrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção de contabilidade de hedge, tornando mais próximo que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. • **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes":** essa nova norma foi criada para que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando deve ser reconhecida. Essa norma baseada no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma. As versões atuais do IFRS 15 não trarão impacto para na classificação e mensuração da receita e seu reconhecimento. • **IFRS 16 CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil"** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam substancialmente inalterados. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa	18	34
Bancos	162	6
Aplicações financeiras	3.191	3.245
Total de caixa e equivalentes de caixa	**3.371**	**3.285**

As aplicações financeiras estão representadas por CDB e títulos públicos compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cuja rentabilidade está atrelada à variação do CDI, e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber

	2017	2016
Clientes (a)	5.809	4.268
Outros	15	-
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(446)	(244)
Total	**5.378**	**4.031**

(a) Refere-se aos serviços de fretamento contratados e eventuais realizados através das notas fiscais emitidas aos clientes e estão reconhecidos pelo valor do serviço prestado. A composição do saldo, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2017	2016
Valores a vencer	5.378	4.031
Vencidas de 1 a 30 dias	30	-
Vencidas de 31 a 60 dias	2	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-
Vencidas de 90 a 180 dias	6	-
Vencidas a mais de 180 dias	7	1
	5	243
Total	**5.378**	**4.031**

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto, a Administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31/12/2017.

5. Estoques

	2017	2016
Combustíveis	198	240
Peças, componentes e acessórios	227	243
Pneus	64	30
Recondicionados	39	58
Estoque em poder de terceiro	7	1
Outros	91	79
Total	**626**	**654**

9. Imobilizado

	Média de vida útil estimada (em anos)	Bens em operação			Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		2017	2016	Baixa	2017	2016	2017	2016
Instalações e benfeitorias	4	478	-	-	478	(314)	(43)	- (357)	164	121
Máquinas e equipamentos	10	792	20	-	792	(476)	(58)	- (534)	298	258
Móveis e utensílios	10	82	3	-	85	(64)	(4)	- (68)	18	17
Ônibus	5 a 10	48.347	208	(1.436)	47.219	(36.873)	(1.608)	1.416 (37.151)	11.474	10.028
Micro-ônibus	5 a 10	12.816	321	(1.088)	12.049	(9.513)	(763)	956 (9.320)	3.303	2.729
Vans	5 a 10	1.951	-	(71)	1.880	(1.174)	(114)	71 (1.217)	777	663
Veículos de suporte operacional	5 a 10	256	36	(24)	268	(243)	(11)	24 (230)	13	38
Equipamentos de informática	5	285	4	-	289	(271)	(8)	- (279)	14	10
Benfeitorias em bens de terceiros	4	1.429	-	-	1.429	(114)	(57)	- (171)	1.315	1.258
Total		**66.416**	**592**	**(2.619)**	**64.489**	**(49.042)**	**(2.752)**	**2.467 (49.327)**	**17.374**	**15.162**

10. Empréstimos e financiamentos

	2017	2016
Banco Itaú	233	938
Banco Mercedes-Benz	681	2.084
(-) Encargos financeiros - FINAME	(8)	(68)
Total	**906**	**2.954**
Circulante	**906**	**2.048**
Não circulante	-	**906**

As empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do FINAME, para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas pós-fixadas e atualizadas pela taxa SELIC. A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31/12/2017 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**5.334**
Captação	-
Pagamento – principal	(2.380)
Pagamento – juros	(127)
Encargos financeiros	127
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.954**
Captação	-
Pagamento – principal	(2.048)
Pagamento – juros	(60)
Encargos financeiros	60
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**906**

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários a pagar	481	336
Pensões alimentícias a pagar	11	14
INSS a recolher	336	335
FGTS a recolher	136	130
Provisão de férias e encargos sociais	1.706	1.708
Outros	49	116
Total	**2.722**	**2.745**

12. Obrigações tributárias

	2017	2016
PIS a recolher	23	23
COFINS a recolher	109	106
ICMS a recolher	33	28
ISS a recolher	21	21
IRPJ a recolher	-	293
CSLL a recolher	-	122
Outros a recolher	56	51
Total	**247**	**644**

13. Passivos contingentes: A Administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como prováveis em 31/12/2017, conforme segue:

Provisão para contingências	2017	2016
Trabalhista	275	409
Cível	44	6
Total	**319**	**415**

Pretensões possíveis - A Sociedade tem ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$ 63 em 31/12/2017, (R$ 95 em 31/12/2016). **14. Patrimônio líquido: a) Capital social** - Em 31/12/2017, o capital social está representado por 16.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor unitário de R$ 1,00 totalizando R$ 16.000.

Demonstrações do Resultado

	Notas	2017	2016
Receita líquida	15	38.945	44.536
Custo dos serviços prestados	16	(33.099)	(39.690)
Lucro bruto		4.546	4.846
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(3.760)	(4.219)
Outras receitas operacionais, líquidas		296	936
Resultado de equivalência patrimonial	8	132	164
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		1.214	1.727
Resultado financeiro líquido	18	333	157
Lucro antes do IR e CSSL		1.547	1.884
Imposto de renda e CSSL		(384)	(416

CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 20.200.672/0001-61

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 - *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

Balanço Patrimonial - Ativo	Nota	2017	2016
Ativo circulante		9.333	10.957
Caixa e equivalentes de caixa	3	749	346
Contas a receber	4	8.224	10.132
Impostos a recuperar		263	88
Outras contas		236	391
Ativo não circulante		197.014	204.863
Partes relacionadas	5	1.942	2.596
Depósitos e caução		63	-
		2.005	2.596
Propriedade para investimentos	6	190.581	198.320
Imobilizado	7	4.402	3.883
Intangível		26	52
Total do ativo		206.347	215.820

Balanço Patrimonial - Passivo e PL	Nota	2017	2016
Passivo circulante		14.037	10.195
Empréstimos e financiamentos	8	10.000	9.547
Fornecedores		29	548
Obrigações tributárias		144	(281)
Outras contas a pagar		2.864	381
Passivo não circulante		85.886	97.057
Empréstimos e financiamentos	8	81.738	91.369
Receitas de cessões a apropriar	9	4.148	5.688
Patrimônio líquido	11	108.824	108.568
Capital social		43.231	39.450
Reserva de capital		97.634	87.016
Prejuízos acumulados		(32.041)	(17.898)
Passivo e patrimônio líquido		206.347	215.820

Demonstrações do Resultado	Notas	2017	2016
Receita líquida	12	13.194	7.614
Custo dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		13.194	7.607
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(14.902)	(9.467)
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.553)	-
Prejuízo operacional e antes do resultado financeiro		(3.261)	(1.860)
Resultado financeiro líquido	14	(10.863)	(7.678)
Prejuízo do exercício		(14.144)	(9.538)

Demonstrações do Resultado Abrangente	2017	2016
Prejuízo do exercício	(14.144)	(9.538)
Total do resultado abrangente do exercício	(14.144)	(9.538)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2017	2016
Prejuízo do exercício	(14.144)	(9.538)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	7.541	5.481
Perda estimada para perdas de liquidação duvidosa	2.105	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	264
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	(197)	(10.130)
Impostos a recuperar	(175)	(355)
Outras contas	155	(340)
Depósitos judiciais	(63)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(519)	(1.087)
Obrigações tributárias	425	(264)
Rendimentos antecipados	(1.540)	792
Outros contas a pagar	576	28
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.836)	(15.149)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	-	(145)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(282)	(29.003)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(282)	(29.148)
Fluxo caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	911	50.163
Pagamento de empréstimos – principal e juros	(9.583)	(21.378)
Integralização de capital	654	(2.589)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.400	18.100
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	6.382	44.299
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa	264	(8)
Saldo inicial de caixa	346	14
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	610	6
No fim do exercício	-	-
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	264	(8)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social (Nota 11.a)	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.670	73.646	(8.624)	99.692
Integralização de Capital e Reserva de Capital	4.753	13.347	-	18.100
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	265	265
Prejuízo líquido anterior	-	-	(9.538)	(9.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	39.450	87.015	(17.897)	108.568
Integralização de Capital e Reserva de Capital	3.781	10.619	14.400	14.400
Prejuízo do exercício	-	-	(14.144)	(14.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.231	97.634	(32.041)	108.824

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: O Cantareira Empreendimentos S/A ("Sociedade"), constituída em 14/04/2014, com sede na Av. Raimundo Pereira de Magalhaes, 11.001, Jd Pirituba, SP/SP, tem por objeto social o projeto específico: (i) o desenvolvimento, implantação, exploração comercial e gestão de um empreendimento no imóvel denominado Cantareira Shopping, assim como de outros empreendimentos imobiliários e incorporações no imóvel, (ii) a compra e venda, de imóveis próprios, sem envolver, contudo, qualquer intermediação ou corretagem, e, ainda, (iii) a participação em outras Sociedades. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis** - **2.1.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC. As demonstrações contábeis foram autorizadas em 31/12/2017 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) tiveram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Sociedade em 30/04/2018. **2.1.2. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado. **2.1.4. Continuidade** - A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incertezas que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base no princípio da continuidade. **2.1.5. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis requer a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como de receitas e despesas do período. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis da propriedade para investimento, imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa, da determinação de provisão para ajuste ao valor líquido realizável e resultado e outras sinistros. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação a estas estimativas. **2.2. Principais práticas contábeis** - **2.2.1. Apuração do resultado** - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) e ajustado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o aumento de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados. **2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos** - Os bens de imobilizado, propriedades para investimento e do intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que tenham sofrido uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda de valor deteriorado é ou provisão é reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável. A Administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, e das propriedades para investimento, considerando que não existe qualquer ajuste de redução em 31/12/2017. **2.2.3. Caixa e equivalente de caixa** - São representados por caixa e bancos, aplicações em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.4. Ativos financeiros** - **Classificação e mensuração** - A Sociedade classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). **Reconhecimento** - Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelos valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.2.5. Contas a receber** - São registradas primeiramente pelos valores faturados, acrescidos nos contratos de aluguéis e de serviços prestados, ajustados pelos efeitos decorrentes do reconhecimento da receita de aluguéis de forma linear, apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável montagens monetárias atualizadas. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização. A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. **2.2.6. Propriedades para investimentos** - Os representados pelo terreno e edifício do Cantareira Norte Shopping mantido para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inicial de um imóvel inclui o preço de compra e qualquer custo diretamente atribuível a aquisição e construção de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base pró-rata dia). **2.2.9. Custo de empréstimos - capitalização de juros** - Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de imobilizações (propriedades de investimento em desenvolvimento) são capitalizados também parte do custo do ativo. A capitalização desses encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início da utilização ou final de produção ou construção do ativo. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente a aquisição, a construção ou a produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não aplicados em o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.2.10. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são contabilizadas como passivos não circulantes. Como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo líquido, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.2.11. Passivos contingentes** - Os sinistros são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade. **2.2.12. Outros passivos circulantes e não circulantes** - Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como consequência de eventos passados. Os valores são reconhecidos no balanço quando é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação e um valor razoável pode ser feito